

LEVIATÃ THOMAS HOBBES

INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS DE
FRANCISCO CARMO GARCIA

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	11
O desígnio.	16
A obra.	22
O homem	27
A condição natural do homem	39
A filosofia moral	49
O Estado: soberania e representação	62
O problema teológico-político	79
<i>Nota sobre a tradução</i>	89
<i>Obras sobre Hobbes</i>	91
<i>Cronologia</i>	95

LEVIATÃ

EPÍSTOLA DEDICATÓRIA	101
INTRODUÇÃO	103

PARTE I DO HOMEM

CAPÍTULO I — Da SENSACÃO.	109
CAPÍTULO II — Da IMAGINAÇÃO	112
CAPÍTULO III — Da Consequência ou CADEIA de Imaginações.	120

CAPÍTULO IV — Da LINGUAGEM	127
CAPÍTULO V — Da RAZÃO e da CIÊNCIA	138
CAPÍTULO VI — Dos Princípios Interiores dos Movimentos Voluntários, habitualmente chamados PAIXÕES. E das Linguagens pelas quais são expressos	147
CAPÍTULO VII — Dos Fins ou Resoluções do DISCURSO	161
CAPÍTULO VIII — Das VIRTUDES habitualmente cha- madas INTELECTUAIS, e dos seus DEFEITOS contrários	165
CAPÍTULO IX — Das várias MATÉRIAS do CONHE- CIMENTO.	179
CAPÍTULO X — Do PODER, da IMPORTÂNCIA, da DIGNIDADE, da HONRA e da COMPETÊNCIA	182
CAPÍTULO XI — Da diferença de MANEIRAS	193
CAPÍTULO XII — Da Religião.	202
CAPÍTULO XIII — Da CONDIÇÃO NATURAL do Género Humano relativamente à sua Felicidade e Miséria	217
CAPÍTULO XIV — Da primeira e da segunda LEIS NATURAIS, e dos CONTRATOS	224
CAPÍTULO XV — Das outras Leis de Natureza	239
CAPÍTULO XVI — Das PESSOAS, AUTORES e Coisas Personificadas	256

PARTE II

DA COMUNIDADE POLÍTICA

CAPÍTULO XVII — Das Causas, da Geração e da Definição de uma COMUNIDADE POLÍTICA	265
CAPÍTULO XVIII — Dos DIREITOS dos Soberanos por Instituição	271
CAPÍTULO XIX — Dos vários Tipos de COMUNIDADE POLÍTICA por Instituição, e da Sucessão do Poder Soberano.	283
CAPÍTULO XX — Do Domínio PATERNO e DES- PÓTICO	296

ÍNDICE

CAPÍTULO XXI — Da LIBERDADE dos Súditos	306
CAPÍTULO XXII — Dos SISTEMAS Sujeitos, Políticos e Privados	321
CAPÍTULO XXIII — Dos MINISTROS PÚBLICOS do Poder Soberano	336
CAPÍTULO XXIV — Da NUTRIÇÃO e PROCRIAÇÃO de uma Comunidade Política	342
CAPÍTULO XXV — Do CONSELHO	350
CAPÍTULO XXVI — Das LEIS CIVIS	360
CAPÍTULO XXVII — Dos CRIMES, das ESCUSAS e das ATENUANTES	384
CAPÍTULO XXVIII — Das PUNIÇÕES e das RECOMPENSAS	402
CAPÍTULO XXIX — Das coisas que enfraquecem ou tendem para a DISSOLUÇÃO de uma Comunidade Política	412
CAPÍTULO XXX — Do OFÍCIO de um Representante Soberano	426
CAPÍTULO XXXI — Do REINO DE DEUS POR NATUREZA	444

PARTE III

DE UMA COMUNIDADE POLÍTICA CRISTÃ

CAPÍTULO XXXII — Dos Princípios da POLÍTICA CRISTÃ	461
CAPÍTULO XXXIII — Do Número, da Antiguidade, do Intuito, da Autoridade e dos Intérpretes dos Livros da Sagrada ESCRITURA	467
CAPÍTULO XXXIV — Do Significado de ESPÍRITO, de ANJO e de INSPIRAÇÃO nos Livros da Sagrada Escritura	480
CAPÍTULO XXXV — Do Significado na Escritura de REINO DE DEUS, de SANTO, de SAGRADO, e de SACRAMENTO	495

CAPÍTULO XXXVI — Da PALAVRA DE DEUS e dos PROFETAS	504
CAPÍTULO XXXVII — Dos MILAGRES e do seu Uso . .	522
CAPÍTULO XXXVIII — Do significado na Escritura de VIDA ETERNA, de INFERNOS, de SALVAÇÃO, de MUNDO VINDOURO e de REDENÇÃO. . .	531
CAPÍTULO XXXIX — Do significado na Escritura da palavra IGREJA	549
CAPÍTULO XL — Dos DIREITOS do Reino de Deus em Abraão, em Moisés, nos Sumos Sacerdotes e nos Reis de Judá	552
CAPÍTULO XLI — Do OFÍCIO do nosso ABENÇOADO SALVADOR	565
CAPÍTULO XLII — Do PODER ECLESIASTICO	574
CAPÍTULO XLIII — Do que é NECESSÁRIO para a Recepção de um Homem no Reino do Céu.	659

PARTE IV
DO REINO DAS TREVAS

CAPÍTULO XLIV — Das Trevas Espirituais resultantes da MÁ INTERPRETAÇÃO da Escritura.	679
CAPÍTULO XLV — Da DEMONOLOGIA e outras Relíquias da Religião dos Gentios	709
CAPÍTULO XLVI — Das TREVAS da FILOSOFIA VÃ e das TRADIÇÕES FABULOSAS	733
CAPÍTULO XLVII — Do BENEFÍCIO que procede dessas Trevas, e em quem é que este se acumula	756
Uma REVISÃO e CONCLUSÃO	768
ÍNDICE ONOMÁSTICO	781

Non est potestas Super Terram quae Comparetur ei Job. xi. 27

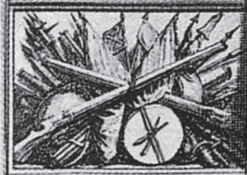
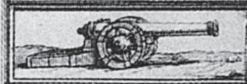


LEVIATHAN

OF
THE MATTER, FORME
and POWER of A COMMON
WEALTH ECCLESIASTICALL
and CIVIL.

By THOMAS HOBBS
of MALMESBURY.

London
Printed for Andrew Crooke
1651



LEVIATÃ
OU A MATÉRIA, FORMA & PODER
DE UMA COMUNIDADE POLÍTICA
ECLESIAÍSTICA E CIVIL

Da RAZÃO e da CIÊNCIA

O que é a
razão.

Quando um homem *raciocina*, nada mais faz do que conceber uma soma total a partir da *adição* de parcelas, ou conceber um resto a partir da subtracção de uma soma por outra; o que (se for feito por palavras) é conceber a consequência dos nomes de todas as partes até chegar aos nomes do todo, e dos nomes do todo e de uma parte até ao nome de outra parte. E apesar de em algumas coisas (como nos números), além de somar e subtrair, os homens nomearem outras operações como *multiplicar* ou *dividir*, no entanto, elas são a mesma coisa, pois a multiplicação é só a soma conjunta de coisas iguais, e a divisão o subtrair de uma coisa tantas vezes quanto podemos. Estas operações não dizem respeito apenas aos números, mas ao tipo de coisas que podem ser somadas e tiradas umas das outras. Pois tal como os aritméticos ensinam a somar e subtrair em números, assim os géometras ensinam o mesmo em *linhas*, *figuras* (sólidas e superficiais), *ângulos*, *proporções*, *tempos*, graus de *velocidade*, *força*, *poder* e afins, e os mestres da lógica ensinam o mesmo na *consequência das palavras*, somando em conjunto dois *nomes* para fazer uma *afirmação*, e duas *afirmações* para fazer um *silogismo*, e muitos *silogismos* para fazer uma *demonstração*, e da *soma* ou *conclusão* de um *silogismo* subtraem uma *proposição* para encontrar a outra. Os escritores de política adicionam em conjunto *pactos* para encontrar os *deveres* dos homens, e os juristas *leis* e *factos* para encontrar o que é *correcto* e *incorrecto* nas

acções de homens privados. Em suma, em qualquer tipo de matéria onde há lugar para a *adição* e a *subtracção*, há também lugar para a *razão*, e onde aquelas não têm lugar, a razão não tem absolutamente nada que fazer.

A partir de tudo isto, podemos definir (isto é, determinar) o que é que se significa pela palavra *razão*, quando a contamos entre as faculdades da mente. Pois RAZÃO, neste sentido, nada mais é do que *cálculo* (isto é, adicionar e subtrair) das consequências de nomes gerais acordados para *marcar* e *significar* os nossos pensamentos. Digo *marcá-los* quando os calculamos por nós mesmos, e *significá-los* quando demonstramos ou aprovamos os nossos cálculos a outros homens.

*Definição
de razão.*

E como na aritmética os homens com pouca prática devem, e os próprios professores podem, errar frequentemente e lançar falsidades, do mesmo modo em qualquer matéria de raciocínio podem os homens mais aptos, mais atentos e com mais prática enganar-se e inferir conclusões falsas. Só a própria razão é sempre *recta razão*¹¹, tal como a aritmética é uma arte certa e infalível; mas não é a razão de um homem ou a razão de muitos homens que faz a certeza, mais do que uma conta fica bem feita porque muitos homens a aprovaram unanimemente. E por isso, como quando há um diferendo sobre uma conta, as partes devem pelo seu próprio acordo estabelecer, como *recta razão*, a razão de um árbitro ou juiz cuja sentença ambos irão acatar, ou o seu diferendo vai levar

*Onde está
a recta
razão.*

[19]

¹¹ No *Elements*, Hobbes descreve assim a *recta razão*, «Ora, quando um homem raciocina a partir de princípios que se mostram indubitáveis pela experiência, evitando todos os enganos da sensação e equívocos das palavras, diz-se que a conclusão a que chega está de acordo com a *recta razão*», V, §12; e no *De Cive* aplica esta *recta razão* ao estado de natureza, «Pela *recta razão* no estado natural dos homens não quero dizer, como muitos o fazem, uma Faculdade infalível, mas o acto do raciocínio, ou seja, o próprio e verdadeiro Raciocínio de um homem sobre as suas acções que o podem conduzir à sua vantagem ou ao prejuízo de outros homens», II, §1.

ao conflito ou permanecer sem resolução por falta de uma recta razão constituída pela natureza. É assim nos debates de todo o tipo. E quando os homens que pensam que são mais sábios do que todos os outros clamam e exigem a recta razão como juíza, mas não procuram mais do que determinar as coisas através de nenhuma outra razão além da sua, isto é tão intolerável na sociedade humana como o é num jogo de cartas, depois de declarado o trunfo, usar como trunfo em todas as ocasiões aquela série da qual se tem mais cartas na mão. Pois não fazem mais do que tomar pela recta razão as suas paixões, à medida que são movidos por elas, e fazem-nos nos seus próprios diferendos, revelando falta de recta razão pela reivindicação que dela fazem.

*O uso da
razão.*

O uso e o fim da razão não é encontrar a soma e a verdade de uma e de algumas consequências, remotas em relação às primeiras definições e significados estabelecidos de nomes, mas começar naquelas e proceder de uma consequência para outra. Pois não pode haver certeza sobre a última conclusão sem uma certeza sobre todas as afirmações e negações sobre as quais foi baseada e inferida. Como quando um chefe de família, fazendo uma conta, adiciona todas as notas de despesa numa única soma, não considerando como cada nota foi somada por aqueles que lhe passaram a conta, nem aquilo que está a pagar, não procedendo melhor do que se aceitasse a conta na totalidade, confiando na habilidade e honestidade de quem faz as contas. Do mesmo modo, no raciocínio sobre todas as outras coisas, aquele que tira conclusões com base na confiança que tem nos autores e não as deduz dos primeiros itens de cada cálculo (que são os significados dos nomes estabelecidos por definições) desperdiça o seu trabalho e não sabe nada, apenas crê.

*Sobre o erro
e o absurdo.*

Quando um homem calcula sem o uso das palavras, o que pode ser feito em coisas particulares (como quando, ao olhar para uma coisa, conjecturamos o que foi provável que

a tenha precedido, ou o que provavelmente se lhe seguirá), se aquilo que pensava provável acontecer não acontece, ou se aquilo que pensava provável ter precedido não a precedeu, então chama-se a isto um ERRO, ao qual até os homens mais prudentes estão sujeitos. Mas quando raciocinamos com palavras de significado geral e caímos numa inferência geral que é falsa, apesar de normalmente se chamar *erro*, é de facto um ABSURDO ou linguagem sem sentido. Pois um erro é só um engano em presumir que alguma coisa aconteceu ou está para vir, à qual, apesar de não ter acontecido nem vir a acontecer, não se lhe encontra, contudo, nenhuma impossibilidade detectável. Mas quando fazemos uma asserção geral, a não ser que seja verdadeira, a sua possibilidade é inconcebível. E as palavras das quais não concebemos mais do que o som são as que chamamos *absurdo*, *insignificante* e *sem sentido*. E, portanto, se um homem falar comigo sobre um *quadrângulo redondo*, ou dos *acidentes do pão no queijo*, ou de *substâncias imateriais*, ou de um *súbdito livre*, de uma *vontade livre* ou qualquer coisa *livre* que não seja estar livre de ser impedida por uma oposição¹², não devo dizer que é um erro, mas que as suas palavras não têm sentido, o que é o mesmo que dizer que são absurdas.

Disse anteriormente (no capítulo II) que o homem superior todos os outros animais nesta faculdade, que quando concebia seja que coisa for estava apto para inquirir sobre as suas consequências e que efeitos podia produzir com isso. E agora acrescento outro nível da mesma excelência, que ele pode, por palavras, reduzir as consequências que descobre a regras gerais, chamadas *teoremas* ou *aforismos*, isto é, que ele consegue raciocinar ou calcular, não só em números, mas em todas as outras coisas que se pode adicionar ou subtrair umas às outras. [20]

¹² Por “vontade livre” Hobbes alude à doutrina do livre-arbítrio. Mais à frente, o autor vai fazer uma crítica directa a esta doutrina, no momento em que se discutir o sentido da liberdade (ver capítulo XXI).

Mas este privilégio é atenuado por outro, e este é o privilégio do absurdo, em relação ao qual nenhum ser vivo está sujeito com excepção do homem. E entre os homens, aqueles que lhe estão mais sujeitos são os que professam a filosofia. Pois é bem verdade o que Cícero disse algures sobre isso, que não poderia haver nunca nada tão absurdo que não se pudesse encontrar nos livros dos filósofos. E a razão é evidente. Pois não há um único que comece o seu raciocínio a partir das definições ou explicações dos nomes que vão ser usados, que é um método que tem sido usado só na geometria, e cujas conclusões fizeram dela por isso indisputável.

As causas de um absurdo.

- Atribuo a primeira causa das conclusões absurdas à falta de método, ao facto de não começarem o seu raciocínio
1. a partir de definições, isto é, de significados estabelecidos sobre as suas palavras, tal como se pudessem começar uma contagem sem conhecer o valor das palavras numerais, *um*, *dois* e *três*.

E visto que todos os corpos entram em conta sob diversas considerações (que mencionei no capítulo anterior), sendo estas considerações denominadas de diversas formas, diversos absurdos procedem da confusão e da ligação inadequada dos seus nomes em asserções. E portanto

2. Atribuo a segunda causa das asserções absurdas ao dar nomes de *corpos* a *acidentes*, ou de *acidentes* a *corpos*, como o fazem os que dizem que a *fé* é *infundida* ou *inspirada*, quando nada pode ser *vertido* ou *soprado* para algo que não seja um corpo; e como os que dizem que a *extensão* é *corpo*, que os *fantasmas* são *espíritos*, &c.
3. Atribuo a terceira ao dar nomes de *acidentes* de *corpos externos* a nós aos *acidentes* dos nossos *próprios corpos*, como fazem os que dizem que a *cor* está no *corpo*, ou que o *som* está no *ar*, &c.
4. A quarta ao dar nomes de *corpos* a *nomes* ou à *linguagem*, como fazem os que dizem que *há coisas universais*, que um *ser vivo* é um *género* ou uma *coisa geral*, &c.

A quinta ao dar nomes de *acidentes a nomes* e à *linguagem*, 5.
 como fazem os que dizem que *a natureza de uma coisa é a sua definição, a ordem de um homem é a sua vontade*, e coisas semelhantes.

A sexta ao uso de metáforas, expressões e outras figuras 6.
 de retórica, ao invés de palavras próprias. Ainda que seja legítimo dizer (por exemplo) no discurso comum, o *caminho vai*, ou *leva ali ou acolá*, o *provérbio diz isto ou aquilo* (quando os caminhos não podem ir, nem os provérbios falar), no entanto, ao calcular e procurar a verdade tal linguagem não pode ser admitida.

A sétima aos nomes que nada significam, mas que são 7.
 estudados e aprendidos por força do hábito nas escolas, tais como *hipostático, transsubstanciado, consubstanciado, eterno-agora* [21]
 e semelhantes cantilenas dos Escolásticos.

Para aquele que puder evitar estas coisas, não é fácil cair num absurdo a não ser que seja pela extensão de uma conta, devido à qual poderá talvez esquecer-se daquilo que ficou para trás. Pois todos os homens, por natureza, raciocinam de forma semelhante, e bem, quando têm bons princípios. Ora, quem é que é tão estúpido que cometa um erro em geometria e persista nele, quando outro o detecta e informa sobre esse erro?

Por isto, parece que a razão não nasceu connosco, como os sentidos e a memória, nem é adquirida só pela experiência, como a prudência, mas alcançada pelo engenho, primeiro com uma adequada imposição de nomes, e, em segundo, obtendo um método bom e ordeiro para proceder dos elementos, que são nomes, para asserções feitas pela conexão de uma delas a outra, e daí para silogismos, que são as ligações de uma asserção a outra, até que chegamos a um conhecimento de todas as consequências dos nomes relativos à matéria tratada. E isto é o que os homens chamam CIÊNCIA. Se por um lado os sentidos e a memória são só conhecimento de facto, *Ciência.*

que é uma coisa passada e irrevogável, por outro a *ciência* é o conhecimento das conseqüências e da dependência de um facto em relação a outro, pelo qual, a partir do que podemos fazer no presente, sabemos como fazer algo diferente quando quisermos, ou algo semelhante noutro momento. Porque quando vemos como uma coisa surge, por que causas e de que maneira, quando causas parecidas surgem em nosso poder vemos como levá-las a produzir os mesmos efeitos.

As crianças não são, portanto, de todo dotadas com razão até terem atingido o uso da linguagem, mas são chamadas seres com razoabilidade¹³ pela possibilidade aparente de virem a ter o uso da razão no futuro. E à maior parte dos homens, apesar de fazerem uso da razão em alguns casos, como, até certo nível, na numeração, porém, serve-lhes de pouco uso na vida quotidiana, na qual uns se governam melhor, e outros pior, de acordo com as suas diferenças de experiência, rapidez de memória e inclinações para vários fins, mas especialmente de acordo com a boa ou má sorte e os erros uns dos outros. Pois no que toca à *ciência*, ou a certas regras nas suas acções, estão tão longe dela que não sabem o que ela é. Da geometria pensavam que era magia, e no que toca às outras ciências, aqueles a quem não foram ensinados os princípios nem fizeram algum progresso nelas de forma a conseguirem ver como é que os seus princípios foram adquiridos e gerados, são neste ponto como crianças que, não tendo nunca pensado sobre a geração, são levados a acreditar pelas mulheres que os seus irmãos e irmãs não nasceram, mas foram encontrados no jardim.

E, no entanto, aqueles que não possuem ciência estão numa melhor e mais nobre condição, com a sua prudência natural, do que os homens que pelo seu mau raciocínio ou por confiar

¹³ Hobbes utiliza o termo «*reasonable creatures*», o qual afasta as crianças da plena racionalidade – são seres a caminho de se tornarem racionais.

naqueles que raciocinam mal caem em regras gerais falsas e absurdas. Pois a ignorância das causas e das regras não afasta assim tanto o homem do seu caminho quanto confiar em regras falsas e tomar por causas daquilo a que aspiram não as que o são, mas antes as causas do contrário.

Para concluir, a luz das mentes humanas são as palavras perspícuas, mas primeiro limpas por definições exactas e purgadas de ambiguidade. A *razão* é o *ritmo*; o aumento da *ciência*, o *caminho*; e o benefício do género humano, o *fim*. E pelo contrário, as metáforas e as palavras sem sentido e ambíguas são como *ignes fatui*, e o raciocínio sobre as mesmas é deambular por entre inumeráveis absurdos, e o seu fim o conflito e a sedição, ou o desprezo. [22]

Tal como muita experiência é *prudência*, do mesmo modo muita ciência é *sapiência*. Pois apesar de normalmente usarmos o nome de sabedoria para ambos, os latinos distinguiam sempre entre *prudentia* e *sapientia*, atribuindo a primeira à experiência e a última à ciência. Mas para fazer com que as suas diferenças apareçam mais claramente, vamos supor um homem dotado de um excelente uso natural e destreza em manusear os seus braços, e outro a quem foi acrescentada a essa destreza uma ciência adquirida sobre onde pode magoar ou ser magoado pelo seu adversário em todas as posturas e posições. A habilidade do primeiro estaria para a habilidade do outro como a prudência para a sapiência, ambas úteis, mas a última infalível. Contudo, os que, confiando apenas na autoridade dos livros, seguem cegamente o cego, são como aquele que, confiando nas regras falsas de um mestre de esgrima, se aventura presunçosamente contra um adversário, que ou o mata ou o humilha.

De entre os sinais da ciência alguns são certos e infalíveis, outros são incertos. Certo, quando aquele que professa a ciência de qualquer coisa consegue ensiná-la, ou seja, demonstrar a sua verdade de forma clara a outra pessoa; incerto, quando

*Prudência
& sapiência,
e a sua
diferença.*

*Os sinais da
ciência.*

só alguns acontecimentos particulares correspondem à sua pretensão, e em muitas ocasiões se prova aquilo que ele diz que deve acontecer. Os sinais da prudência são todos incertos, porque observar através da experiência e recordar todas as circunstâncias que podem alterar o sucesso é impossível. Mas em qualquer outra actividade na qual um homem não tem uma ciência infalível com que proceder, abdicar do seu juízo natural e ser guiado pelas frases gerais lidas em autores, e sujeitas a muitas excepções, é um sinal de insensatez e geralmente escarnecido pelo nome de pedantismo. E mesmo entre aqueles homens que nos conselhos da comunidade política adoram mostrar as suas leituras de política e história, muito poucos são os que o fazem nos seus assuntos domésticos, onde o seu interesse particular está envolvido, tendo prudência suficiente para os seus assuntos privados. Mas em público estudam mais a reputação do seu próprio engenho do que o sucesso dos negócios alheios.